

DESAFIOS À FORMAÇÃO DO PROFESSOR: EM BUSCA DA AULA

NOTA 10

Erika Luciane Moretto Pedrazzi¹

Eliani Cristina Moreira da Silva²

Orientador José Luiz Bizelli³

Este artigo tem como objetivo delinear um estudo sobre a formação de professores e a gestão da sala de aula, a partir da análise da literatura sobre o assunto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e no que diz respeito aos procedimentos técnicos a pesquisa se baseia em análise bibliográfica e documental. Em relação aos objetivos, parte de uma abordagem exploratória e evolui para uma abordagem descritiva, com o intuito de buscar uma compreensão explicativa. O documento abordado é a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores, disposta pela Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que traz as competências gerais e específicas aos docentes, seguido do estudo sobre a gestão da sala de aula por meio de boas práticas. Para atingir objetivo proposto estudou-se o seguinte referencial teórico: Lemov (2018), Alarcão (2003), Ball (2005), Ball, Mainardes (2011), Ball, Maguire, Braun (2021), dentre outros. Na primeira parte far-se-á uma apresentação das competências necessárias ao professor de educação básica propostas pela Resolução do CNE (2020), e da gestão da sala de aula proposta por Lemov (2018). Na segunda parte, os assuntos serão analisados à luz do referencial teórico, enquanto políticas educacionais. Na última parte são discutidas as competências necessárias ao professor para a gestão da sala de aula, a fim de obter bons resultados educacionais. Observa-se que as diretrizes para a formação continuada de professores se consolidam em práticas de um modelo gerencial, para o alcance de resultados.

Palavras-chave: Formação continuada, Gestão da sala de aula, Política educacional, Resultados

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Curso de Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCL/UNESP- SP, erika.moretto@unesp.br;

² Doutoranda do Curso de Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCL/UNESP- SP, eliani.moreira@unesp.br;

³ Professor orientador: livre docente em Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCL/UNESP- SP, jose.bizelli@unesp.br

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas e as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental foi instituída pela Resolução CNE/CP nº2, de 22 de dezembro de 2017. Em 2018 foi homologado o documento para a etapa do Ensino Médio. A BNCC estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.

A BNCC é proposta como um aditivo aos propósitos da educação brasileira traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, para a formação humana integral e construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, permeada por princípios éticos, políticos e estéticos.

Para implementar o propósito da BNCC, as políticas educacionais visaram os cursos de formação inicial dos professores, com o estabelecimento de competências gerais e específicas necessárias a todos os docentes. É nesse sentido que é homologada a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Em continuidade ao projeto para implementação das Bases educacionais, em 27 de outubro de 2020, foi homologada a Resolução CNE/CP nº 01, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

O pacote de Bases Comuns para o Currículo e sua execução pelos professores direciona à padronização das competências necessárias ao ensino e ao aprendizado, desconsiderando as dimensões contextuais em que as políticas serão postas em prática, seus contextos situacionais, culturas profissionais, contextos materiais e contextos externos (Ball, Maguire, Braun, 2021).

A Resolução CNE/ CP nº 02/2020, dispõe sobre cursos e programas para a formação continuada de professores, como cursos e programas flexíveis, presenciais, a distância, semipresenciais, de forma híbrida, ou por outras estratégias não presenciais, podendo ser oferecido por Instituições de Ensino Superior (IES), organizações especializadas ou órgãos formativos no âmbito da gestão das redes de ensino, com vistas ao desenvolvimento profissional

docente. Podem ser cursos de atualização, de extensão, aperfeiçoamento, pós-graduação lato sensu, mestrado acadêmico ou profissional e doutorado, com o estabelecimento de uma ponte orgânica entre os cursos e a Educação Básica.

A Resolução CNE/CP nº1/2020, contempla como formação continuada a chamada Formação ao Longo da Vida, que se dá em serviço, em seus artigos 11 a 13. Estabelece que esse tipo de formação deve ser implementado pelas escolas, redes escolares ou sistemas de ensino, por si ou em parcerias com outras instituições, estruturada mediante ações diversificadas destinadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas ao longo da vida profissional, e contextualizada com as práticas docentes efetivamente desenvolvidas, deve, ainda, oferecer aos docentes a oportunidade de aprender, junto com seus colegas de trabalho, com suporte de um formador experiente (mentoria ou tutoria), compartilhando aprendizagens já desenvolvidas, atendendo ao disposto no Parágrafo único do artigo 61 da LDB.

A formação constante em serviço tem uma dimensão de complementação da formação inicial e de reelaboração teórico-crítica da prática educativa ao longo de toda a carreira profissional. É importante levar em conta os diferentes tipos de conhecimento e experiências, seguindo uma interação dialógica, articulação de teoria e prática, voltada para atividade investigativa e reflexiva, com ênfase no desenvolvimento das aprendizagens coletivas, no processo de formação constante (SILVA, BIZELLI, 2022, p. 11).

Com o foco na formação continuada em serviço, sistemas de ensino, como a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, tem adotado os ensinamentos de Lemov (2018) para melhorar a gestão da sala de aula, tempo, conteúdos e aprendizagens. A partir da observação da sala de aula é possível propor técnicas para melhor organizar o espaço e tempo, para o alcance dos resultados em aula.

Se você já é um professor experiente, espero que uma discussão das ferramentas de ensino e suas aplicações, e a construção de um vocabulário para falar sobre os momentos críticos e muitas vezes negligenciados do seu dia, o inspire não só a aperfeiçoar seu ofício, mas também a gostar de fazer isso e sentir o prazer de se comprometer (ou tornar a se comprometer) com o domínio mais profundo possível da empreitada complexa e valiosa que é o trabalho da sua vida. Presumo que em muitos casos este livro descreverá coisas que você já sabe e faz. Acho isso ótimo, e nesse caso, meu objetivo será ajudá-lo a melhorar um pouco mais esses aspectos, talvez ao ver aplicações úteis e variações que você não havia considerado. De qualquer forma, seu crescimento é no mínimo tão importante quanto a de um professor iniciante. O ensino é a melhor e mais importante tarefa em nossa sociedade. Aqueles que o exercem merecem vivenciar crescimento e aprendizagem constantes. Isso, afinal, é o que desejamos para nossos alunos (LEMOV, 2021, p.3).

Diante da política educacional delineada, formação de professores e gestão da sala de aula, é que se define o objetivo geral deste trabalho, que traz como objetivos específicos a análise da Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019 e análise da Resolução CNE/CP

no 1, de 27 de outubro de 2020, a relação entre esses documentos e as técnicas propostas por Doug Lemov.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como escopo delinear um estudo sobre a formação continuada dos professores de Educação Básica e a relação com a gestão da sala de aula, amparada pela abordagem qualitativa, no que diz respeito aos procedimentos técnicos, baseia-se na análise bibliográfica (Alarcão, 2003, Ball, Maguire, Braun, 2021, Lemov (2021)) e documental (Pareceres e do CNE/CP).

Em relação aos objetivos, parte de uma abordagem exploratória e evolui para uma abordagem descritiva, na busca de uma compreensão explicativa. Quanto a abordagem exploratória, tem-se que a partir da observação das recomendações governamentais para a formação de professores e adoção de técnicas de gestão de sala de aula, a qual constitui a primeira parte do trabalho, com uso, também da abordagem descritiva, em que se pauta a elaboração dos documentos em análise.

A busca pela compreensão explicativa se fundamenta na identificação da causa do fenômeno, *in casu*, a relação entre a formação de professores e a recomendação de técnicas para a aula nota 10, tratada na segunda e terceira parte do trabalho, bem como na discussão dos resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com fundamento na literatura internacional, que tem demonstra que o desenvolvimento de padrões profissionais contribui para ampliar a qualidade dos professores e melhorar a aprendizagem dos alunos é que foram elaborados os Pareceres pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, nº22, de 07 de novembro de 2019, e nº 14, de 10 de julho de 2020.

O Parecer CNE/CP nº 22, deu origem à Resolução CNE/CP nº 2, de 2 de dezembro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial, e o Parecer CNE/CP nº 14, deu origem à Resolução CNE/CP nº 01, de 27 de outubro de 2020, que dispões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores

da Educação Básica e Base Nacional Comum para a formação continuada de Professores da Educação Básica (BNC – Formação Continuada).

Os documentos são complementares, ambos trazem as mesmas competências gerais necessárias à formação de professores, tanto para a formação inicial quanto para a formação continuada:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com estas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores (BRASIL, 2020, p. 8).

As resoluções trazem competências específicas semelhantes, ambas fazem referência à três dimensões necessárias ao docente:

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais:

1. Conhecimento profissional (aquisição de conhecimentos específicos de sua área, do ambiente institucional e sociocultural e de autoconhecimento);
2. Prática profissional:

2. a) Pedagógica - prática profissional referente aos aspectos didáticos e pedagógicos;
2. b) Institucional - prática profissional referente a cultura organizacional das instituições de ensino e do contexto sociocultural em que está inserido;
3. Engajamento profissional - comprometimento com a profissão docente assumindo o pleno exercício de suas atribuições e responsabilidades (BRASIL, 2020, p.13)

As resoluções diferenciam-se quanto aos descritores e números de recomendações. Ambas trazem as três dimensões: Conhecimento profissional, Prática Profissional e Engajamento Profissional. Para cada dimensão a BNC – Formação lança quatro competências específicas, no total de 12 competências específicas, e 62 habilidades.

A BNC – Formação Continuada traz as mesmas três dimensões, dividindo a Prática Profissional em Pedagógica e Institucional, são enumeradas 5 competências para cada dimensão. As competências também são divididas em áreas: Área do Conhecimento e de Conteúdo Curricular, Área Didático-Pedagógica, Área de Ensino e Aprendizagem para todos os alunos, Área sobre o ambiente Institucional e Contexto Sociocultural e Área sobre o Desenvolvimento e Responsabilidade Profissional. Quanto às habilidades recomendadas somam-se ao número de 104 descritores.

Para que haja impacto na formação docente são consideradas as características de foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, uso de metodologias ativas de aprendizagem, trabalho colaborativo entre pares, docência prolongada da formação e coerência sistêmica, com vistas à melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos.

As técnicas de Doug Lemov visam uma melhor gestão em sala de aula. Lemov rastreou salas de aula, cruzando notas de alunos com índices de pobreza e violência em torno das escolas de Nova York, onde se deu sua pesquisa, e buscou responder à pergunta “por que alguns professores conseguiam ensinar tão mais que outros nas mesmas condições sociais”?

Este livro é sobre as ferramentas do ofício de ensinar. Mais especificamente, ele trata das ferramentas necessárias para o sucesso na parte mais importante da área: ensinar em escolas públicas, sobretudo as das periferias, que atendem alunos nascidos na pobreza e, muito frequentemente, diante de uma janela de oportunidade que se fecha rapidamente. Nessa área o preço do fracasso é alto e os desafios são imensos. Os professores geralmente trabalham com um cadinho onde os fracassos da sociedade são preponderantes e, por vezes, quase esmagadores. [...] O problema é que não levamos suficientemente a sério o aprendizado dos professores que podem providenciar essas soluções (LEMOV, 2018, p.2).

Para isso, assistiu muitas horas de aulas, fez muitos vídeos, analisou os vídeos e compilou as técnicas dos professores com mais sucessos no processo de ensino e aprendizagem. Sua obra foi traduzida pela Fundação Lemann e tem apoio de outras organizações privadas com interesse na área educacional.

No Brasil tem sido adotado por muitos sistemas de ensino, inclusive pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, que tem disponibilizado as técnicas Lemov em cursos de formação como o Multiplica SP e nas aulas destinada ao trabalho coletivo pedagógico (ATPC) de forma online pela plataforma da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação.

Ball, Maguire e Braun (2021) ao abordarem o processo da política no contexto da prática, o que chamam de “*theory of policy enactment*”, comparam o termo *enactment* ao uso teatral, sendo a política o texto que será interpretado, os atores envolvidos, no caso os professores têm o controle do processo. Nesse sentido, os autores dispõem sobre a atuação dos demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem:

No entanto, as práticas de sala de aula e corredores (comportamento) também são sustentadas e constantemente adaptadas em resposta aos estudantes e, como Elmore (1996) afirma, nós não deveríamos assumir que a política é a única influência sobre o comportamento dos professores. Os alunos também são atores de políticas. As respostas também são mediadas pelos sujeitos e culturas de especialistas de vários tipos (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2021, p. 83 e 84).

Alarcão (2003) ensina sobre a formação do professor reflexivo. A autora diz que o profissional, que muitas vezes é posto em situações imprevistas e incertas, deve atuar com consciência e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo, e não como um mero reprodutor de ideias:

Se a capacidade reflexiva é inata no ser humano, ela necessita de contextos que favoreçam o seu desenvolvimento, contextos de liberdade e responsabilidade. É repetidamente afirmado, nos estudos em que o fator da reflexão é tido em consideração, a dificuldade que os participantes revelam em pôr em ação os mecanismos reflexivos, sejam eles crianças, adolescentes ou adultos. É preciso vencer inércias, é preciso vontade e persistência (ALARCÃO, 2003, p. 45)

Ao considerar uma série de competências, habilidades e técnicas para ser um bom professor e garantir melhorias de resultados, possivelmente comprometa a reflexão do verdadeiro sentido de ensinar e fazer justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As competências gerais, bem como as específicas para a docência e as habilidades a elas correspondentes, compõem a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica (BNC-Formação) e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores de Educação Básica.

Na ótica dos empresários tratava-se, no entanto, não apenas de reformar a educação e a escola, buscando torná-la mais eficaz e adequada às novas demandas do capital, mas

também de formar um “trabalhador de novo tipo”, com disposições subjetivas e atitudinais compatíveis com a chamada “sociedade do conhecimento”. A pedagogia das competências ganhou destaque nessas proposições; apresentada como um novo “paradigma” educacional, foi alçada como a saída para resolver o problema da rápida obsolescência dos conhecimentos, tornando os novos sujeitos do trabalho não apenas qualificados, mas sobretudo “empregáveis” (BALL, MAINARDES, 2011, p.226)

As Resoluções que versam sobre a BNC -Formação e BNC – Formação Continuada propõem à dimensão fundamental à prática profissional a competência específica de criar e saber gerir ambientes de aprendizagem, ou seja, o professor deve ser um bom gestor da sala de aula.

As técnicas de Lemov propõem ações para a melhoria da gestão da sala de aula para a garantia da aprendizagem, como por exemplo a gestão do tempo, do espaço físico, do espaço de fala. Embora, muitas das técnicas propostas sejam universais, o autor parte da premissa de que todos os professores possuem pleno domínio dos conteúdos e conhecimento amplo e profundo do currículo e contam com um planejamento sistemático para o exercício do seu trabalho.

Durante a instalação dessas tecnologias nas organizações de serviço público, o uso de uma linguagem nova para descrever papéis e relacionamentos é importante: as organizações educacionais reformadas estão agora “povoadas” de recursos humanos que precisam ser gerenciados; a aprendizagem é rerepresentada como o resultado de uma política de custo-benefício; o êxito é um conjunto de “metas de produtividade” etc. Para sermos pertinentes, atualizados, precisamos falar a nosso respeito e a respeito de outros, pensar acerca de nossas ações e relacionamentos de novas formas. É a isso que Morley (2003) se refere como “ventriloquismo” (Ball, 2005, p. 546).

As resoluções, enquanto políticas educacionais, reforçam a tendência à atendimento de uma prática gerencialista automatizada para o alcance de resultados educacionais:

O papel e o trabalho das escolas e dos professores têm sido cada vez mais prescrito pelo governo central. Tecnologias de políticas-gestão, mercado e performatividade – orientam a prática em direção ao que Barker (2010) chama de “perseguição implacável do inatingível”, ou seja, uma melhoria constante em resultados de exames e outros desempenhos (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2021, p. 34).

A pesquisa traz como resultado a continuidade do projeto neoliberal, com marcos regulatórios para a educação pública brasileira, demandados de acordos, recomendações e experiências internacionais.

A BNCC veio inaugurar uma nova estrutura no ensino nacional, com muita discussão quanto aos seus anseios, e trouxe no pacote outras bases para que possa ser efetivamente implementada. Para isso alinhamentos com organizações privadas são realizados dando a formação necessária ao professor. Mais um nicho mercadológico.

É urgente refletir sobre a formação docente, seja inicial ou continuada, e não só refletir é necessário que se executem mudanças expressivas e tornem a carreira mais interessante quanto ao reconhecimento da importância, quanto financeiro.

Traz-se à discussão, diante de tantas recomendações, dimensões, competências, habilidade e técnicas, a existência de um espaço para que o professor possa refletir sobre sua prática, sobre o seu aluno, o sujeito para a prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema sobre formação de professores é há muito tempo discutido, com vasta literatura, e ainda novo. Um novo perfil tem se delineado ao professor, requerido à formação inicial e à formação continuada. Ao professor não basta o conhecimento da sua profissão e sua prática, é necessário que esteja engajado, que goze de todas as competências e habilidades a ele recomendadas.

Conclui-se que as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e formação continuada de professores, bem como as técnicas de Lemov, constituem tecnologias para a doutrinação de um professor performático aos anseios do gerencialismo, que se disfarça em uma proposta educacional para a redução das desigualdades, com vistas à melhoria de resultados.

O presente trabalho buscou delinear, traçar contornos sobre as bases de formação, como continuidade do projeto da Base Nacional Comum Curricular, tratando-se de um pacote de políticas educacionais experimentais, em que os atores do processo são aclamados à responsabilizar-se pelos resultados aferidos por avaliações externas.

Dessa forma, a pesquisa abre-se à novos questionamentos quanto às possibilidades de formação docente, desde a atratividade pela carreira até as condições em que os professores trabalham, as vulnerabilidades sociais que precisam lidar todos os dias na sala de aula. As técnicas de Lemov dão conta desses inúmeros desafios? E segue a busca pela aula nota 10.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.



BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: 2aEd. UEPG, 2021.

BALL, S.J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas Educacionais: Questões e Dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, **Lei Diretrizes e Bases da Educação**. LDB nº 9394 de 05 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017.

BRASIL. Resolução CNE no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Base Nacional Comum – BNC – Formação**. Brasília, DF: MEC, 2019.

BRASIL. Resolução CNE no 1, de 27 de outubro de 2020. **Base Nacional Comum – BNC – Formação Continuada**. Brasília, DF: MEC, 2020.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. – Brasília: UNESCO, 2019.

LEMOV, D. **Aula nota 10 2.0: técnicas para melhorar a gestão da sala de aula**. 2ª edição. Porto Alegre: Penso, 2018.

SILVA, E. C. M., BIZELLI J. L. Formação docente em contexto de rede, possibilidades diante da pandemia Covid-19. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 15(34), 2022.